

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O FAZER EDUCATIVO POR MEIO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Geysa Novais Viana Matias¹

Arlete Ramos dos Santos²

Ana Débora Costa do Nascimento Mascarenhas³

RESUMO: O presente texto se constitui num estudo acerca da educação pública e gratuita brasileira que é ofertada nas Escolas do Campo, e se debruça sobre as Novas Tecnologias que estão à disposição nesses espaços educativos para atender a essa realidade, nessa perspectiva, a questão que conduzirá as análises aqui disposta é: quais tecnologias corroboram com a Educação do Campo? Objetivando correlacionar a proposta educacional campesina com a prática pedagógica viabilizada pelos poderes públicos, esse texto foi produzido por meio de aproximações com o Método Materialista Histórico Dialético, tendo como fonte: dados extraídos do Censo Escolar (2020-2021) e documentos que respaldam o magistério brasileiro. Nos quais as categorias de análise: a totalidade; a mediação; a práxis; e a contradição se tornam essências para aproximação da realidade concreta do objeto estudado.

PALAVRA CHAVE: Educação do Campo, Novas Tecnologias, Prática Pedagógica

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - 2022). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPEDMDECC). Graduada em Letras Modernas (FTC - 2008) e em História (UESB - 2009). Possui especializações em: História: Política, Cultura e Sociedade (UESB - 2012); Metodologia do Ensino da Língua Inglesa (FACEI, 2016); e Língua Inglesa como Língua Estrangeira. (UESB - 2017). E-mail: geysa.nv@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6187-7899>

² Pós-doutorado em Educação na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP); Doutora e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG); Profa. Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Profa do Programa de Pós-graduação em Educação da UESB; Coordenadora da Rede Latinoamericana de Educação do Campo e Movimentos Sociais –Rede PECC-MS; Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade –Gepemdecc/CNPq; Coordenadora do Programa de Formação de Educadores do Campo –Formacampo/UESB. Bahia. E-mail: arlerp@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>

³ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - 2022). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPEDMDECC). Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB - 1999) Licenciada em Biologia pela (FTC - 2008), especialista em Psicopedagogia (FACEI – 2016), especialista em Educação Ambiental (UNIGRAD – 2008). E-mail: anadeboramascarenhas4@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5462-1505>

INTRODUÇÃO

A concepção de Escola do Campo se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema capitalista, que fez do conhecimento uma mercadoria a ser adquirida em diferentes níveis, de acordo ao poder aquisitivo dos sujeitos, assim como, um instrumento de dominação e manutenção das estruturas postas.

Nessa perspectiva, “o acesso ao conhecimento e a garantia do direito à escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta” (MOLINA; SÁ, 2012, p.330). As especificidades desta inserção tornam-se evidentes nas condições concretas em que se busca uma educação crítico/reflexiva aos camponeses, viabilizando o acesso aos conhecimentos necessários para realizar os enfrentamentos na luta de classes e equidade de oportunidades, para a permanência no campo, com qualidade de vida, bem como, iguais condições para viver nas cidades.

Apesar da Educação Básica no campo ter respaldo constitucional - Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988) – que deveria ser embasada em princípios de igualdade de condições e permanência na escola, a realidade se mostra contraditória.

Mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – que em seu Art. 28º traz. “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, [...]” (BRASIL, 1996), esses ajustes não foram feitos para a inserção adequada das Novas Tecnologias⁴ em todas as escolas camponesas.

MATERIAL E MÉTODOS

Esse estudo foi construído a partir de aproximações com Materialismo Histórico Dialético, porquê esse método viabiliza sair da pseudoconcreticidade (KOSIK, 2002), para chegar à realidade concreta do objeto estudado. “O método de pesquisa que propicia

⁴ As Novas Tecnologias, aqui abordadas se referem, principalmente, aos processos e produtos relacionados com os conhecimentos provenientes da eletrônica, da microeletrônica e das telecomunicações. (KENSKI, 2013)

o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. (NETTO, 2011, p. 22). Para tanto, foi realizado um recorte espacial que compreende as escolas situadas em áreas rurais em território nacional; e um estudo das leis, programas e projetos que respaldam a Educação do Campo, assim como, as tecnologias nos processos educativos.

Na concepção do método a dialética se torna viável através da tríade: universalidade, particularidade e singularidade, num movimento cíclico de reciprocidade (CHEPTULIN, 1982). Sendo a universalidade entendida como a Educação do Campo; a particularidade firma-se no uso das Novas Tecnologias nos processos educativos, e a singularidade se consubstancia nas tecnologias que chegam as escolas localizadas em áreas rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação campestre não vislumbra os direitos conquistados, isso é perceptível nas contradições que envolvem a educação. Em 2011 iniciou-se movimentos como a “Campanha fechar escolas é crime!” e nessa década foram fechadas 22.765⁵ escolas em áreas rurais (Censo Escolar, 2021); mesmo com o Programa Luz para Todos⁶ (2003) ainda há 3.175 (6%) escolas sem energia elétrica; não obstante, 3.175 (6%) escolas campestres declararam a inexistência de água (Censo Escolar, 2021). Todas as escolas sem água e sem eletricidade estão localizadas em áreas rurais, expondo que as Políticas Públicas chegam parcialmente as escolas campestres.

QUADRO 1- Políticas Públicas relacionadas as Novas Tecnologias na educação

Ano	Programa/projeto
Criação 1984	EDUCOM
1986	Programa de Ação Imediata em Informática na Educação de 1º e 2º Graus
Criação 1989	1º Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE)
1997	Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)
2007	ProInfo Integrado
2007	Projeto Um Computador por Aluno (UCA)
2010	Programa um computador por aluno (PROUCA)
2017	Programa de Inovação Educação Conectada

⁵ Em 2011 haviam 75.678 escolas campestres, e foram reduzidas a 52.913 escolas de acordo ao Censo Escolar (2011 - 2021)

⁶ O programa Luz para Todos, criado em novembro de 2003, com o Decreto no 4.873, do governo federal. (FREITAS; SILVEIRA. 2015).

Fonte: Criado pelas autoras a partir dos dados dispostos por: Valente & Almeida (2022) e Fundo de desenvolvimento da Educação – FNDE (2017).

Ao voltar o olhar sobre as Novas Tecnologias nos espaços educativos nacionais, as primeiras políticas públicas foram desenvolvidas na década de 80, como está disposto no quadro 1, entretanto, mesmo com vários programas e projetos que respaldaram a importância da inserção das tecnologias como ferramenta pedagógica no magistério, a realidade se mostra distante do que se fora proposto

QUADRO 2: Recursos disponíveis em escolas camponesas - 2021

Recursos	Número de escolas que disponibilizam	Recursos	Número de escolas que disponibilizam
Internet	51% (26.986 escolas)	Parabólica	14% (7.408 escolas)
Banda Larga	36% (19.049 escolas)	Copiadora	16% (8.466 escolas)
Aparelho DVD	40% (21.165 escolas)	Retroprojektor / Projektor	5% (2.646 escolas)
Impressora	41% (21.694 escolas)	TV	54% (28.573 escolas)

Fonte: Censo Escolar (2021)

Como está disposto no quadro 2, as Novas Tecnologias, bem como, as já consolidadas nas práticas pedagógicas contemplam em sua maioria menos de 40% das Escolas do Campo, apesar da importância desses recursos para alcançar as competências relacionadas as tecnologias abordadas na BNCC.

CONCLUSÕES

A Educação do Campo forjada pela luta dos movimentos sociais e dos camponesas permanece, pois, esta educação está em construção; e as Políticas Públicas conquistadas, contemplam parcialmente as escolas camponesas. Em relação as Novas Tecnologias que poderiam ser instrumentos de descentralização do acesso aos conhecimentos, têm se tornado mais um elemento de exclusão educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

FREITAS, Gisele de; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. **Programa luz para todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. planejamento e políticas públicas** | PPP | n. 45 | jul./dez. 2015. P. 177-198.



PROEX
Pró-Reitoria de
Extensão e Assuntos
Comunitários



KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Papyrus editora, 2013

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. 1 Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. Editora Paz e Terra, 2002.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 324-331, 2012.

NETTO, Luiz Bezerra. **Educação do campo ou educação no campo?** Revista HISTEDBR On-Line, v. 10, n. 38, p. 150-168, 2010.